Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira,
25, 26 e 27 de maio de 2024
Ano CVII ● Número 29.617
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

A ENCRUZILHADA EUROPEIA

A necessidade de uma revolução cultural na defesa da Europa. Por Edoardo Pacelli, **página 2**

MÉDICOS, DENTISTAS E O CONSUMIDOR

CDC evidencia transformação profunda nas relações. Por Gabriela Bonder e Ana Clara Feijó, **página 2**

SINASTRIAS EM VINHOS PARA TOURO

Dois signos, duas vias de atração, dois vinhos com alto potencial de match. Por Míriam Aguiar, **página 4**

Israel mais isolado após decisão da CIJ sobre Rafah

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) ordenou nesta sexta-feira que Israel interrompa imediatamente sua ofensiva militar em Rafah. "A situação deteriorou-se desde as últimas decisões de 26 de janeiro e 28 de março", afirmou o juiz Nawaf Salam, presidente da Corte, no Palácio da Paz, em Haia. "A situação humanitária é agora desastrosa."

Além disso, o tribunal exigiu que Israel permitisse que os investigadores dos órgãos das Nações Unidas apurem alegações de genocídio e preservem possíveis provas. Os juízes acrescentaram que Israel deve apresentar ao tribunal um relatório sobre todas as medidas para implementar a ordem do tribunal no prazo de um mês.

A acusação de genocídio contra Israel foi levado à CIJ pela África do Sul em 29 de dezembro do ano passado. Depois disso, a Corte emitiu várias decisões, todas desrespeitadas por Israel. Brasil, outros países da América Latina, 57 membros da Organização de Cooperação Islâmica e a Liga Árabe apoiam a ação sul-africana.

O Governo da África do Sul saudou a ordem proferida pela CIJ, após ter solicitado, em 10 de maio, que o tribunal emitisse uma decisão com indicação de medidas provisórias contra Israel relativas à aplicação da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza.

"Estamos seriamente preocupados com o fato de Israel ter restringido a entrada de níveis necessários de ajuda em Gaza e ter visado sistematicamente a infraestrutura de ajuda dentro de Gaza", disse o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa num comunicado. "Este caso centra-se, portanto, nos palestinos comuns em Gaza que enfrentam agora o seu sétimo mês de sofrimento através de punição colectiva por algo pelo qual não têm responsabilidade individual".

"Os palestinos continuam a morrer de fome, muitos deles crianças, e centenas de milhares estão sob ameaça iminente de morte porque Israel tomou uma decisão deliberada de matar os palestinos de fome, negando-lhes comida", disse o comunicado.

Gilad Noam, funcionário do Ministério da Justiça de Israel, disse aos juízes que Israel esteve envolvido numa "guerra trágica" para se defender e negou as "alegações de genocídio" da África do Sul.

Roque de Sá/Agência Senado

Política de preços da Petrobras completa 1 ano com sucesso

Segundo Ineep, valor caiu mais que em refinarias privadas

A nova política de preços da Petrobras para a gasolina e o diesel foi exitosa em seu primeiro ano, completado este mês. Contribuiu para a redução dos preços médios dos derivados no parque de refino da estatal, mitigou a exposição do mercado nacional a choques externos e garantiu resultados financeiros robustos para a companhia. A análise é do diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), Mahatma Ramos dos Santos.

Segundo ele, entre maio de 2023 e maio de 2024, os preços praticados nas refinarias da estatal foram em média 11,6% menores no caso da gasolina e ficaram praticamente estáveis no caso do diesel, com variação positiva de 0,5%. Na contramão, os preços de referência do PPI, calculados pela ANP e única referência da desastrosa política de preços da estatal vigente entre 2016 e 2022, cresceram 9,3% e 13,1%, respectivamente, nos casos da gasolina e do diesel.

"A Petrobras contribuiu decisivamente para mitigar o repasse da volatilidade dos preços internacionais para o mercado interno ao flexibilizar os parâmetros de sua política comercial, mesmo com a reoneração dos combustíveis", acrescentou Santos. Cálculos do Ineep, revelam também que, quando comparados às refinarias privatizadas, Mataripe (BA) e Ream (AM), os preços praticados pelas unidades de refino da Petrobras foram ainda menores: na média de 7% no caso da gasolina e de 6,8% no caso do diesel.

"Estes dados revelam que a política de desinvestimentos adotada pela companhia não contribuiu para redução dos preços, tampouco para ampliação da concorrência e atração de mais investimentos no setor. De fato, foram criados monopólios privados distanciados das necessidades nacionais e desses mercados regionais", disse ainda.

Nos últimos 12 meses, os preços médios da gasolina e diesel subiram cerca de 7% no país, variação explicada, principalmente, pela reoneração desses combustíveis e recomposição de margens de lucro dos segmentos de distribuição e revenda.

Nesta sexta-feira, Magda Chambriard tomou posse como presidente da Petrobras. **Página 6**

Desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior em cargos de liderança

Mulheres ganham 21% a menos do que homens no Brasil e essa desigualdade salarial é maior em cargos de liderança e entre profissionais mais especializados. Este cenário foi apresentado pela doutoranda em Direito do Trabalho e Previdenciário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) Fernanda Cabral de Almeida, durante o webinário "Trabalho e igualdade de remuneração: Lei 14.611/2023", promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) nesta quinta-feira (23).

Citando dados do IBGE de 2022, a pesquisadora apontou que mulheres em cargos de direção e gerência ganham cerca de R$ 2 mil a menos: "A diferença salarial é ainda maior entre profissionais das ciências e intelectuais. Os homens ganham em média R$ 7.268, e as mulheres, R$ 4.600".

O evento colocou em pauta a Lei da Igualdade Salarial, que estabelece diretrizes para que a igualdade salarial entre homens e mulheres seja alcançada. No painel "Aspectos positivos e negativos da Lei 14.611/2023", Fernanda Almeida explicou que a norma instituiu punições mais severas para empresas que possam transgredir a igualdade salarial, além de criar canais de denúncia.

Na visão dela, ao tratar do tema, é preciso analisar o cenário nacional à luz de outros recortes, além do de gênero. "As estatísticas mostram que essa também é uma questão de raça, porque homens brancos ganham em média R$ 3.793, mulheres brancas, R$ 2.858, homens pretos, R$ 2.230, e mulheres pretas, apenas R$ 1.781".

Seguros no Rio Grande do Sul já somam R$ 1,7 bilhão

As seguradoras já começam a registrar as primeiras indenizações relacionadas às enchentes e inundações nas cidades do Rio Grande do Sul. Levantamento feito pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) junto às suas 140 associadas, entre 28 de abril e 22 de maio de 2024, aponta que a população atingida já registrou 23.441 avisos de sinistros, somando R$ 1,673 bilhão em indenizações que serão pagas aos clientes.

Os produtos que registraram as maiores procuras por indenização nas seguradoras foram o residencial e o habitacional, que juntos somaram 11.396 sinistros e cerca de R$ 240 milhões em pagamentos previstos. Com 8.216 registros, o seguro automóvel aparece em segundo lugar, superando os R$ 557 milhões; e, na terceira posição do ranking, está o seguro agrícola totalizando 993 registros e R$ 47 milhões em indenizações aos produtores agrícolas.

Na sequência, aparece o seguro contra grandes riscos (386 sinistros), atingindo cerca de R$ 510 milhões em indenizações. Os grandes riscos são seguros corporativos que incluem empreendimentos de infraestrutura. Valores abaixo de R$ 15 milhões se enquadram como empresariais.

Por fim, os demais seguros, como o empresarial, transporte, riscos diversos e riscos de engenharia, registraram 2.450 avisos de sinistros, e totalizam pouco mais de R$ 322 milhões de indenizações a serem feitas.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1719
Dólar Turismo	R$ 5,3760
Euro	R$ 5,6114
Iuan	R$ 0,7134
Ouro (gr)	R$ 386,65

ÍNDICES

IGP-M	0,31% (abril)
	-0,47% (março)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

A encruzilhada europeia

Por Edoardo Pacelli

Num contexto global cada vez mais inseguro, confirma-se a validade do ditado romano "*si vis pacem, para bellum*". Neste contexto, a UE precisa de uma "revolução cultural" que se concentre na necessidade de trabalhar seriamente para melhorar as capacidades europeias de defesa e segurança.

No passado dia 5 de março, a Comissão Europeia sobre a estratégia para a indústria de defesa emitiu um comunicado, partilhado com o Conselho Europeu, na sua reunião de 21 e 22 de março, prevendo medidas para "apoiar os esforços dos Estados-membros visando investir melhor, também em conjunto, a fim de aumentar a disponibilidade de produtos e sistemas de defesa, graças a uma base tecnológica e industrial de defesa europeia, mais eficiente e reativa".

A necessidade de ter maior capacidade de defesa para dissuadir as ameaças crescentes à sua segurança está, portanto, colocada na agenda da União Europeia. Mais de setenta anos de prosperidade crescente e de integração europeia progressiva correm o risco, de fato, de serem comprometidos por um cenário internacional que parece recompensar o descumprimento das regras de coexistência pacífica, e não o contrário.

Aos poucos, voltamos a reconhecer a validade do nunca esquecido lema romano "*si vis pacem, para bellum*" (se queres a paz, prepara-te para a guerra): a força militar continua a ser uma das principais ferramentas para refrear as tentações malignas de antigos e novos inimigos, antes mesmo de enfrentá-los em campo.

Para tal, a União Europeia deve, antes de mais nada, desenvolver uma "revolução cultural", que permita um salto político e que, consequentemente, se reflita a nível operacional, financeiro, institucional e regulatório. Portanto, é preciso espalhar a consciência de que a recreação terminou e que, agora, é necessário trabalhar seriamente para melhorar as capacidades de defesa e de segurança da Europa.

> A necessidade de uma revolução cultural na defesa da Europa

Sacrifícios e mudanças radicais só podem ser aceitos se os europeus estiverem convencidos de que estão entrando numa fase de grave emergência, que corre o risco de comprometer, irremediavelmente, tudo o que foi construído juntos. Este é o resultado por não ter investido energia suficiente, recursos financeiros, homens ou mesmo atenção à própria segurança até o momento.

Um dos principais problemas com que a União Europeia tem de lidar presentemente é a disponibilidade de quantidade adequada de equipamento militar. Para isso é preciso maior financiamento, mas isto não é suficiente.

A complexidade tecnológica e industrial dos equipamentos modernos faz com que as empresas demorem muito tempo para aumentar as suas capacidades de produção. Basta pensar na laboriosa natureza dos programas de cooperação intergovernamental, na extensão das cadeias de subcontratação e, muitas vezes, na sua internacionalização, na dificuldade de encontrar mão de obra especializada suficiente a nível nacional, na morosidade dos processos de atribuição de contratos e de certificação dos meios produzidos (bem como para quaisquer alterações em componentes e/ou fornecedores etc.).

Os governos e as Forças Armadas, sozinhos e todos em conjunto com as instituições europeias, estão assediando a indústria pedindo que acelere e aumente a produção militar, mas, para além das munições e dos meios mais simples, no armamento terrestre e dos drones, estas intenções estão destinadas a alcançar resultados limitados.

Assunto aventado com grandes e médias empresas; mas estas representam apenas a parte emergente do iceberg: abaixo do nível da água existem centenas, por vezes milhares, de subfornecedores. Entre estes, muitos operam fora das fronteiras nacionais e, muitas vezes, também fora das fronteiras europeias e, portanto, fora de qualquer controle dos Estados-membros e das instituições europeias.

Entre as soluções parciais possíveis, a colaboração mais estreita e a partilha de informações entre as Forças Armadas e a indústria podem certamente incentivar a procura de melhores soluções. Quaisquer alterações relacionadas com prazos de entrega ou prioridades (especialmente quando existem múltiplas versões planejadas) ou possíveis pequenas modificações no equipamento só podem ser pensadas no âmbito de uma comparação estreita entre os dois parceiros: o utilizador e o construtor.

Todos devem estar conscientes de que a economia de defesa de emergência não pode ser gerida pelas mesmas regras que a economia de guerra. Porém é preciso entender que, conscientemente ou inconscientemente, já se está vivendo isso.

Edoardo Pacelli
é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Por que médicos e dentistas precisam se adaptar ao novo perfil do consumidor?

Por Gabriela Bonder e Ana Clara Feijó

Aproximando-se dos 35 anos de sua promulgação, o Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei 8.078/90) trouxe um verdadeiro avanço na proteção do indivíduo perante os fornecedores de produtos e serviços. E, com o auxílio da internet, informações antes acessadas quase que exclusivamente por profissionais do direito, atualmente estão disponíveis a qualquer pessoa que tenha acesso à web.

Neste sentido, os consumidores estão mais conscientes dos seus direitos e respaldados legalmente. Assim, as empresas já estão atentas a esta situação e o "compliance consumerista" tornou-se expressão corrente. A cultura atual das relações comerciais implica na necessidade de criação de estratégias de conformidade não apenas à legislação, mas principalmente, a elevados padrões de ética, profissionalismo, transparência e respeito aos consumidores.

Sendo assim, muitos profissionais liberais, considerados prestadores de serviços pelo CDC, têm enfrentado mudanças de paradigma na forma de realização dos seus negócios. Nesse cenário, a necessidade de entender seu público-alvo compeliu o profissional da saúde, como por exemplo médicos e dentistas, a aprender mais sobre empreendedorismo, gestão e marketing, resultando em ainda mais exposição através das mídias sociais.

E se, por um lado, a popularidade virtual pode ajudar a construir a sua imagem profissional como um "negócio", por outro lado, aumenta a exposição pública e as possibilidades de enfrentar problemas jurídicos. Da mesma forma, a reputação de uma marca ou fornecedor pode ser rapidamente verificada e tanto a satisfação como a insatisfação com produtos e serviços fornecidos são facilmente alardeadas e difundidas nas redes sociais.

No segundo caso, a enorme quantidade de ações consumeristas que abarrota o Judiciário demonstra que o consumidor atual, consciente e informado, não hesita em recorrer ao Estado-juiz para buscar reparação pelo desrespeito aos seus direitos ou, simplesmente, pela quebra de suas expectativas pelo fornecedor.

Nestas áreas profissionais, a competência técnica, se antes bastava para o sucesso, hoje é apenas requisito mínimo para a construção de uma boa reputação no mercado, pois deve, necessariamente, vir acompanhada de uma série de práticas voltadas à proteção legal do profissional, além da observação dos valores e o atendimento das expectativas dos consumidores.

> 34 anos do CDC evidenciam transformação profunda nas relações

Dentre elas, destacam-se a postura do profissional dentro do consultório, a elaboração de documentos – contratos de prestação de serviços e termos de consentimento claros e transparentes – adequados à legislação e às normas específicas administrativas, condutas éticas aplicáveis à profissão, Lei Geral de Proteção de Dados, dentre outras.

Não basta apenas possuir competência técnica; é imperativo adaptar-se aos padrões elevados de ética, transparência e respeito ao consumidor. Profissionais da saúde e de outras áreas têm percebido que, para prosperar na era digital, é essencial não apenas oferecer serviços de qualidade, mas também estabelecer práticas claras, contratos transparentes e uma postura ética irrepreensível.

Em um ambiente onde a reputação pode ser construída ou destruída em questão de segundos nas redes sociais, a conformidade com as normas e a satisfação do consumidor tornaram-se pilares fundamentais para o sucesso e longevidade no mercado.

A vigência do CDC durante mais de um quarto de século evidencia uma transformação profunda nas relações entre fornecedores e consumidores. A ascensão da internet ampliou o acesso à informação, fortalecendo os direitos dos consumidores e impondo novos desafios aos profissionais liberais.

Assim, a intersecção entre o CDC, a cultura digital e a exigência crescente por transparência redefine continuamente o panorama profissional, exigindo adaptação, atualização e, acima de tudo, compromisso com a excelência e integridade.

Gabriela Bonder
é especialista em Responsabilidade Civil com pós-graduação em Direito Privado Patrimonial.
Ana Clara Feijó é cirurgiã-dentista com formação em Perícia Judicial e bacharel em Direito.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

#É fake que Petrobras perdeu valor de mercado

A mídia tradicional adora apontar fake news, mas nunca deve esquecer seu enorme telhado de vidro – e não é preciso voltar ao editado debate Collor–Lula, em 1989. Uma das fakes mais divulgadas atualmente é a de que a "Petrobras perdeu valor de mercado".

A estatal não perdeu nada. O valor de mercado da Petrobras caiu – assim como subira antes e subirá novamente. Essa fake news tem um objetivo claro: impedir qualquer mudança na gestão da estatal. Ao menos 2 razões justificam esse viés: uma financeira imediata, ao manter a empresa como grande pagadora de dividendos e fiadora de lucrativos negócios privados (lucrativos para quem compra, não para a Petrobras ou a população), ainda que isso comprometa o futuro da empresa.

A outra razão é estratégica: minar o desenvolvimento brasileiro, impedindo a Nação de ter uma atuação soberana e de atender aos desejos e necessidades do povo.

Interessante observar nas matérias sobre a "perda" de valor de mercado é que o movimento só é noticiado se for negativo; o crescimento do valor de mercado é ignorado. Aconteceu recentemente, quando as notícias sobre mudanças nos dividendos jogaram o preço da ação da Petrobras para baixo. Muitas matérias sobre a "perda" de valor de mercado. Mas, em seguida, as cotações subiram – e isso a mídia tradicional não mostrou.

Como a realidade às vezes atrapalha as teses, um jornalão foi obrigado a admitir que o valor de mercado da Petrobras aumentou constantemente desde 2016. Mas atribui a alta à política de preços dos combustíveis (PPI), ao pagamento de dividendos e ao desinvestimento (venda de ativos a preços de pai pra filho).

Porém – olha aí a realidade de novo – no governo Lula as ações subiram mais de 100%, e o valor de mercado da Petrobras bateu recorde, tudo isso já tendo mudado a PPI e a política de dividendos, assim como encerrada a queima de bens.

Cortar dos outros é refresco

A mídia adora defender cortes nos gastos públicos. Esta semana, *O Globo* publicou 2 especiais, sobre a relação Brasil–EUA e sobre o G20. Na primeira, 8 anunciantes identificados; destes, 4 são governos. No outro, apenas 1 anúncio, do quase falido Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Será que os cortes receitados começarão pela publicidade amiga?

Rápidas

O IAB e a Procuradoria da República (PR/RJ) farão o evento "Justiça de transição no Brasil", nesta segunda-feira, 15h, na Av. Nilo Peçanha, 31, 6º andar *** Também nesta segunda, 17h, o IAB debaterá o novo sistema de tributação das cooperativas e dos cooperados, pelo canal TVIAB no YouTube *** Juliana Porchat de Assis, sócia no FAS Advogados, e Jörg Schrade, do CMS Germany Munich, falam nesta quarta-feira no webinário internacional "Recent changes on taxes levied on consumption and the potential impacts to multinationals in Brazil" *** Maria Victoria Oliveira participará da Feira de Livros de Lisboa (29/5 a 16/6). A escritora apresentará *Vestido Vermelho* no Pavilhão da Rede Sem Fronteira, ministrará palestras e receberá troféu "Cultura Sem Fronteiras" *** A representante da ICP no Brasil, em parceria com a Modular Crypto, promove o Modular House Brasília, voltado à comunidade de blockchain e web3, neste sábado, com inscrições gratuitas em lu.ma/modularbsb

Mais de 20 milhões deixaram situação de fome em 2023

Meta é sair do Mapa da Fome até 2030

Mais de 20 milhões de pessoas saíram da situação de fome no ano de 2023. O número de pessoas com insegurança alimentar e nutricional grave no Brasil recuou de 33,1 milhões em 2022 para 8,7 milhões em 2023, passando de 15,5% da população para 4,1%, uma queda de 11,4 pontos percentuais.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, atribuiu à valorização do salário mínimo e do Bolsa Família. "O presidente Lula voltou a colocar o combate à fome como prioridade absoluta de seu governo. Isso reflete em políticas concretas como o aumento do salário mínimo, do Bolsa Família e dos recursos para alimentação escolar, que há seis anos não tinha reajuste, a criação do programa federal das cozinhas solidárias. São políticas que voltam a partir da aprovação no Congresso Nacional", disse Padilha.

O ministro participou, nesta sexta-feira, da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, conhecido como Conselhão, que promoveu o evento Diálogos sobre Estratégias de Combate à Fome no Brasil, no Rio de Janeiro. Ele informou que, no início de junho, haverá reunião entre os grupos de trabalho do Conselhão de combate à fome e da reforma tributária na Câmara dos Deputados. O objetivo será discutir como a regulamentação da reforma tributária pode ajudar ainda mais no combate à insegurança alimentar.

"Foi um avanço muito importante na reforma tributária colocar a criação da cesta básica nacional, a isenção de impostos para a cesta básica nacional e agora na regulamentação, a gente pode incentivar ainda mais o combate à fome, a alimentação saudável, a agricultura familiar. Você tem um incentivo tributário também", disse o ministro.

Segundo a Agência Brasil, a secretária extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome do Ministério do Desenvolvimento Social, Valéria Burity, disse que, dos 8,7 milhões de pessoas que passam fome, 7 milhões estão em áreas urbanas. "A gente associa essa queda a uma política econômica que gera emprego, reduz desigualdade, controla a inflação e as políticas sociais, novo Bolsa Família, valorização do salário mínimo."

Para Valéria, a meta é sair do Mapa da Fome até 2030. "A fome é mais prevalente no Norte e no Nordeste. Está mais presente em domicílios chefiados por mulheres negras com crianças e adolescentes. Seis estados concentram mais de 60% dos domicílios em insegurança alimentar grave, o que nos ajuda a direcionar as políticas públicas".

O Conselhão é responsável pelo assessoramento do presidente da República na formulação de políticas e diretrizes destinadas ao desenvolvimento econômico social sustentável. Além de elaborar indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, o conselho aprecia propostas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico social sustentável, e articula as relações do governo federal com os representantes da sociedade civil, e aos mais diversos setores que estão representados no colegiado.

Plataformas digitais deverão pagar mídia tradicional

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga as plataformas digitais que usam conteúdos noticiosos a remunerar os veículos da mídia tradicional. A medida, divulgada nesta sexta-feira, beneficia jornais, revistas, rádios e televisões legalmente estabelecidos.

A obrigação de remuneração é dirigida às plataformas digitais com mais de dois milhões de usuários no país, como Meta (dona do Instagram e do Facebook) e Google.

O projeto impede ainda as plataformas digitais de remover conteúdos jornalísticos com o objetivo de evitar o pagamento à mídia tradicional. Todas essas regras vão ser inseridas no Marco Civil da Internet.

Novo texto

Segundo a Agência Câmara de Notícias, o texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Gervásio Maia (PSB-PB), ao Projeto de Lei 1354/21, do ex-deputado Denis Bezerra (CE). O relator mudou a redação original para incluir medidas previstas nos projetos apensados (PLs 1586/21, 2950/21 e 78/22). Ele afirma que a redação proposta estabelece regras equilibradas para garantir a remuneração.

Gervásio Maia afirmou, em defesa do seu parecer, que o pagamento aos veículos noticiosos é uma "ação necessária". Segundo ele, a concentração das receitas publicitárias em poucas empresas globais de internet impacta diretamente a qualidade das informações disponíveis para a população.

"E como é bem sabido, a consequência de um jornalismo fraco é o enfraquecimento da democracia", disse.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo e ainda vai ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), prevê o seguinte: os valores, o modelo e o prazo da remuneração poderão ser definidos livremente entre as plataformas e os veículos de mídia, em acordos individuais ou coletivos; o valor da remuneração deverá considerar: o volume do conteúdo jornalístico original produzido, a audiência das notícias nas plataformas e o investimento em jornalismo das empresas, aferido pelo número de jornalistas contratados; em caso de inviabilidade na negociação, será adotada arbitragem, cuja decisão poderá ser revista após um ano se houver mudança nas condições iniciais; é assegurada a equidade nas negociações entre as plataformas digitais e os veículos, independentemente do tamanho destes; e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) poderá coibir os casos de abuso de poder econômico por parte das plataformas.

FARO ENERGY RENOVÁVEIS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 46.556.111/0001-80 - NIRE 35.300.602.498
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2024.

Local. Hora e Data: Na sede da sociedade, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.541,11º andar, conjunto **112,** Brooklin Paulista, CEP: 04578-907, às 13 horas, no dia 30 de abril de 2024. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. **Realização:** De acordo com a Instrução Normativa DREI Nº 79/2020, essa Assembleia Geral foi realizada de modo exclusivamente digital, com a participação remota de todos os acionistas. **Convocação:** O aviso de convocação aos acionistas, foi publicado no jornal Monitor Mercantil, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2024 e no site do jornal Monitor Mercantil, em versão digital, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2024. **Mesa:** Presidente: Pedro Miguel de Araújo Mateus. Secretário: Raphael Chaves Narciso Roque. **Ordem Do Dia:** Deliberar sobre (i) o Relatório da Administração, e as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do resultado líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de **2023;** e (iii) reeleição dos membros do conselho de administração da Companhia. Antes do início dos trabalhos, por unanimidade dos presentes, foi autorizada a lavratura da ata em forma de sumário na forma do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS, POR UNANIMIDADE, PELOS ACIONISTAS DA COMPANHIA: DELIBERAÇÃO Nº 1:** Foi dispensada a leitura do Relatório da Administração, do Balanço Geral e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no jornal Monitor Mercantil na página 21, do dia 28 de março de 2024 (documentos arquivados na Sociedade) e na versão digital no mesmo dia, por já serem do conhecimento de todos os acionistas. Em seguida, foram aprovadas pela totalidade dos acionistas, observados os impedimentos previstos no art. 134, §1º, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia. **DELIBERAÇÃO Nº 2:** Os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos, destinando o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 para a conta de Resultados Acumulados, observados os impedimentos previstos no art. 134, §1º, da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. DELIBERAÇÃO Nº 3:** Os acionistas aprovaram a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. **PEDRO MIGUEL DE ARAÚJO MATEUS,** português, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, Diretor de empresas, portador da cédula de identidade RNE nº V667738- U, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.862.426-80, com domicílio Avenida das Nações Unidas, 11.541,11º andar, conjunto 112, Brooklin Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04578-907; **KEITH LOTHMAN LAABS,** norte-americano, casado, diretor de empresa, portador de passaporte 530973876, emitido pelos Estados Unidos da América, com domicílio na 8 Duxbury Court, na cidade de Durham, Estado da Carolina do Norte, NC 27707, Estados Unidos da América e **YOUSEF ABUGHARBIEH,** americano, casado, gerente de operações e estratégia, portador do passaporte nº 587778483, com domicílio na 703 Foster Street, na cidade de Durham, Estado da Carolina do Norte, NC 27701, Estados Unidos da América. Os Conselheiros ora eleitos exercerão seus mandatos até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, e se manterão nos cargos até a investidura dos novos membros eleitos, nos termos do artigo 150, §4º, da Lei das S.A. Os Conselheiros ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147 da Lei das S.A. Os Conselheiros tomam posse de seus respectivos cargos nesta data mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, arquivado na sede da Companhia, em tudo idênticos aos termos de posse constantes do Anexo I ao presente instrumento, nos quais constam a declaração de desimpedimento indicada acima. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo sido discutido, essa ata foi lavrada, lida, aprovada, e assinada pelos presentes. **Assinaturas**: Acionistas: **FARO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA;** neste ato representada pelo Sr. Luis Philipe dos Santos Forato; Mesa: Pedro Miguel de Araújo Mateus - Presidente; Raphael Chaves Narciso Roque - Secretário. Auditor: Rafael Dominguez Barros, representante da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Certifico que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Raphael Chaves Narciso Roque** - *Secretário de Mesa.* JUCESP 198.959/24-2, em 09/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Sinastrias em vinhos para Touro

Nesta semana se encerrou o ciclo do signo solar de Touro, que vai de 21/4 a 21/5 – ainda em tempo para soltar o artigo sobre sua sinastria em vinhos. A ideia aqui é, com base nas orientações astrológicas sobre os pares mais acertados do zodíaco, indicar para o taurino os vinhos com humores mais parecidos aos seus matchs zodiacais.

Conforme visto no Zodíaco dos Vinhos, Touro é um signo de elemento Terra, regido pelo planeta Vênus e representado por Afrodite, a deusa do amor e da beleza para a mitologia grega. Esses elementos simbólicos estão na base da personificação dos nativos do signo. Por um lado, são pessoas mais "pé no chão", que buscam estabilidade, relações sólidas e, ao mesmo tempo, uma vez venusianos, são pessoas românticas, que adoram os prazeres carnais. São gourmets e gourmands, isto é, gostam de comer bem e muito. Os vinhos taurinos, sugeridos pela série, apresentavam uma estrutura mais densa, mas também apetitosa e sedutora.

Pensando em sinastria, há um pouco dessa dualidade na escolha do que atrai o taurino. Signos com perfis mais racionais podem atraí-lo por almejarem a mesma trilha de tranquilidade e estabilidade. De outro modo, signos mais emotivos podem arrebatar o seu lado hedonista.

Uma das principais recomendações astrológicas para a sinastria é o signo complementar: aquele que ocupa a posição oposta a cada signo na roda zodiacal. O complementar ao de Touro é Escorpião. Segundo as interpretações especializadas, ambos têm em comum a possessividade, o ciúme, a determinação e uma grande conexão emocional. Os vinhos escorpianos já apresentados aqui são densos, profundos, até austeros, como os da uva Tannat, que foi escolhida como a clássica escorpiana. Considero esta uva um pouco dura para o taurino e creio que outra cepa citada, a Mourvèdre, seria mais arrebatadora.

Trata-se de uma variedade espanhola, com nome original Monastrell, que ficou mais conhecida em sua versão francesa (Mourvèdre), onde ela compõe o corte de tintos do Vale do Rhône Sul, o GSM (Grenache, Syrah, Mourvèdre). Este é um corte de tintos que vem se tornando bem famoso, a ponto de ser reproduzido internacionalmente. Mas na região sudeste da Espanha, DOs Alicante, Jumilla eYecla, a Monastrell dá origem a vinhos monovarietais robustos macios, com taninos maduros, álcool e nariz generoso de frutas pretas adocicadas, especiarias doces e toques defumados. Considero esta a versão ideal para atrair os sentidos dos nativos venusianos.

A segunda sinastria recomendada para o taurino é com o signo de Capricórnio. Neste caso, o que permeia o encontro são as afinidades: pessoas essencialmente práticas, com ritmos semelhantes e necessidade de estabilidade. Enquanto a primeira sinastria se dá por uma via mais emocional, aqui a aliança é bem racional. Um encontro menos arrebatador, mais conservador.

Os vinhos que escolhi como capricornianos não apresentam um perfil estilístico muito semelhante entre si, pois a interseção se dá mais por uma perspectiva pragmática: são fórmulas de sucesso com características e atrativos distintos, que têm em comum a busca de um posicionamento vantajoso no mercado. Vinhos capricornianos podem muito bem ter seus estilos reinventados para a manutenção de sua vantagem competitiva.

Dentre os que sugeri anteriormente, creio que a fórmula mais arrebatadora para o apetite voraz taurino é o corte bordalês tinto, que tem como principais uvas a Merlot, a Cabernet Sauvignon e a Cabermet Franc. Vinho intenso, impactante e que funciona muito bem quando acompanhado de um prato à altura, como um entrecôte à la bordelaise, um magret de canard (peito de pato) ou uma costeleta de cordeiro. Com acompanhamento então, é presa certa para o signo de Touro!

Visite a página de Míriam Aguiar no Instagram e se inscreva em cursos e aulas de vinhos presenciais e online. Instagram: @miriamaguiar.vinhos. Blog: miriamaguiar.com.br/blog

Supermercados gaúchos têm prejuízo de R$ 635 milhões

Uma pesquisa feita pela Bnex, empresa especializada em Ciência do Consumo, apontou que o impacto das inundações nas demandas de consumo em supermercados do Rio Grande do Sul chegou a R$ 635 milhões, com algumas cidades tendo 100% da demanda afetada.

Em valores totais, a capital Porto Alegre foi a cidade mais afetada com 40,2% da demanda impactada, o equivalente a R$ 229 milhões.

A pesquisa da Bnex levou em conta as cidades nas margens da bacia hidrográfica do Guaíba e da Lagoa dos Patos. O Head de Inteligência da Bnex, Evandro Alampi, explicou a metodologia.

"A UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) disponibilizou um portal com informações e bases de dados das cheias do Rio Grande do Sul. Utilizamos a base que delimita o impacto da inundação, mostrando as áreas afetadas na bacia hidrográfica do Guaíba e da Lagoa dos Patos. Analisando essa base, sobrepusemos nossos dados de consumo demográfico e identificamos quantos domicílios foram impactados, bem como as características demográficas desses domicílios, como o perfil da população e a renda. Com isso, mensuramos o quanto essas pessoas poderiam consumir em um supermercado", afirmou Alampi.

Em valores, os municípios mais afetados, depois de Porto Alegre, foram Rio Grande (R$ 49 milhões), Pelotas (R$ 42 milhões) e Canoas (R$ 41 milhões).

"Em algumas cidades, a inundação pegou poucos domicílios, então o impacto na demanda de consumo acabou sendo mais baixo, enquanto outros municípios foram atingidos inteiramente, então toda a demanda teve que sair dali. As pessoas que consumiam em um supermercado dessas regiões não estão mais consumindo. Essa demanda pode ter sido migrada para outras cidades", explicou Alampi.

Além disso, parte da demanda acaba sendo suprida pelas doações feitas por todo o país, sendo esta também uma forma de migração.

A estimativa leva em conta somente as cidades impactadas pelas inundações. Outros municípios do Rio Grande do Sul também têm tido as suas respectivas demandas afetadas mesmo sem registrar alagamentos, como, por exemplo, por desabastecimento.

Perfil

O levantamento da Bnex também revelou o perfil das pessoas nos domicílios afetados, na questão da renda média domiciliar mensal. A maioria possuía renda média mensal de até cinco salários mínimos.

Segundo os dados, 68,1% dos impactados têm renda média mensal de até cinco salários mínimos, 24,7% de cinco a dez salários, 6,6% de 10 a 20 e 0,6% tem renda de mais de 20 salários mínimos.

"Isso mostra que o tamanho do estrago, principalmente na população com um rendimento um pouco mais baixo, enquanto que nas rendas maiores acaba que tem impacto, sim, a gente não pode minimizar, mas o percentual da população acaba sendo maior até cinco salários mínimos", afirmou Alampi.

Desde o dia 27 de abril, áreas na região central do estado começaram a registrar fortes chuvas e granizo. A situação se agravou nos dias seguintes e em 1º de maio já eram mais de 100 cidades afetadas em um cenário de calamidade pública.

No dia 3 de maio, mais da metade do Rio Grande do Sul já havia sido afetada. Neste dia, o Lago Guaíba ultrapassou a marca histórica de 1941 e alcançou o nível inédito de 4,77 metros. Isso causou inundações em diversos bairros da capital gaúcha.

Segundo a Defesa Civil, até o dia 24/5, às 9h, a situação era a seguinte:

Municípios afetados:	469
Pessoas em abrigos:	63.918
Desalojados:	581.613
Afetados:	2.342.460
Feridos:	806
Desaparecidos:	65
Óbitos confirmados:	163
Óbitos em investigação:	0
Pessoas resgatadas:	82.666
Animais resgatados:	12.440
Efetivo:	27.751
Viaturas:	4.048
Aeronaves:	14
Embarcações:	253

Diante desse cenário, diversas campanhas de ações e doações foram realizadas em todo o país. A Bnex lançou uma estratégia de ativação de produtos produzidos no Rio Grande do Sul, na base de clientes varejistas, para incentivar a reestruturação do Estado.

Setor de beleza deve crescer 7% ao ano até 2027 no Brasil

O mercado brasileiro de beleza e cuidados pessoais deve crescer em média 7,2% ao ano e chegar ao final de 2027 com faturamento na casa dos US$ 40 bilhões, segundo uma projeção realizada pela Redirection International. Atualmente o Brasil é o quarto maior mercado consumidor do mundo, movimentando US$ 26,9 bilhões em 2022, segundo informações da Associação Brasileira da Indústria da Higiene Pessoal (Abihpec).

"O setor cresceu 30,5% em termos absolutos nos últimos cinco anos e é um dos maiores do mundo, atrás apenas dos EUA, China e Japão. De acordo com uma pesquisa da Offerwise, quase 70% de brasileiros dizem que usam produtos de beleza para se sentirem bem e 8 em cada 10 afirmam que pretendem manter ou aumentar suas compras neste ano", destaca o economista Vinicius Oliveira, sócio da Redirection International e um dos responsáveis pelo estudo.

Outros fatores que impulsionam o setor são o envelhecimento da população, o aumento do consumo da classe média e uma maior conscientização dos consumidores sobre a higiene e os cuidados pessoais. O estudo aponta ainda que a inovação e a tecnologia no desenvolvimento de novos produtos e serviços, aliadas ao crescimento do varejo eletrônico e à forte influência das redes sociais no comportamento do consumidor também fomentam este mercado. Além disso, a crescente procura por produtos orgânicos e naturais tem incentivado a indústria a desenvolver produtos mais sustentáveis.

"Tendências como autocuidado masculino, o propósito de marca e o consumo de experiências também estão em alta. As pessoas buscam cada vez mais itens com boa relação custo-benefício e que combinem características premium de alto preço, como antienvelhecimento e hidratação, por exemplo, a um custo inferior ao premium, o conceito de masstige", ressalta Vinicius Oliveira. "Com um público-alvo bastante amplo e diversificado, as perspectivas são bastante promissoras, mesmo com os impactos que o aumento do ICMS nos estados e da alíquota do IPI devem trazer ao setor ao longo do ano", complementa.

A consolidação do mercado consumidor e a perspectiva de crescimento para os próximos anos também devem impulsionar as transações de fusões e aquisições envolvendo empresas brasileiras. Além das grandes marcas multinacionais que atuam no Brasil como Unilever, P&G e L'Oreal, o setor ainda está bastante fragmentado na maioria de verticais e segmentos, aponta o estudo.

Segundo Vinicius Oliveira, os principais players do mercado de beleza e cuidados pessoais do Brasil estão se concentrando em aquisições, que ajudam as companhias a diversificar suas ofertas, ampliar as redes de distribuição e aumentar a sua participação no mercado nacional.

O Brasil é o quarto maior mercado de beleza e de cuidados pessoais do mundo, de acordo com um estudo do Euromonitor International. Em paralelo a isso, um levantamento feito pela Abihpec, aponta que o mercado de estética cresceu 587% nos últimos cinco anos. Entre os serviços de destaque, está o de depilação, que lidera o ranking, seguido pelo designer de sobrancelhas, além de manicure e pedicure.

E para os brasileiros interessados em investir no setor, o formato de franquias promete ser um caminho mais seguro e assertivo, seja por oferecer um negócio que já foi testado e aprovado por uma grande rede, ou pelo direcionamento e suporte ao empreendedor. De acordo com a última pesquisa da Associação Brasileira de Franchising (ABF), o segmento ficou em segundo no ranking dos setores de franquias que mais cresceram em 2023, caracterizando um crescimento de 17,5%.

FARO ENERGY PROJETOS SOLARES HOLDING S.A.
CNPJ/ME Nº 34.099.970/0001-08 | NIRE 35.300.554.027
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2024

Local, Hora e Data: Na sede da sociedade, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.541, 11º andar, conjunto 112, Brooklin Paulista, CEP: 04578-907, às 11 horas, no dia 30 de abril de 2024. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. **Realização:** De acordo com a Instrução Normativa DREI Nº 79/2020, essa Assembleia Geral foi realizada de modo exclusivamente digital, com a participação remota de todos os acionistas. **Convocação:** O aviso de convocação aos acionistas, foi publicado no jornal Monitor Mercantil, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2023 e no site do jornal Monitor Mercantil, em versão digital, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2022. **Mesa:** Presidente: Pedro Miguel de Araújo Mateus; Secretário: Raphael Chaves Narciso Roque. **Ordem Do Dia:** Deliberar sobre (i) o Relatório da Administração e tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e; (ii) a destinação do resultado líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Antes do início dos trabalhos, por unanimidade dos presentes, foi autorizada a lavratura da ata em forma de sumário na forma do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS, POR UNANIMIDADE, PELOS ACIONISTAS DA COMPANHIA: DELIBERAÇÃO N.º 1**: Foi dispensada a leitura do Relatório da Diretoria, do Balanço Geral e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no jornal Monitor Mercantil na página 21, do dia 28 de março de 2024 (documentos arquivados na Sociedade) e na versão digital no mesmo dia, por já serem do conhecimento de todos os acionistas. Em seguida, foram aprovadas pela totalidade dos acionistas, observados os impedimentos previstos no art. 134, §1º, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia. **DELIBERAÇÃO N.º 2:** Os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos, destinando o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 para a conta de Resultados Acumulados, observados os impedimentos previstos no art. 134, §1º, da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Encerramento:** Nada mais tendo sido discutido, essa ata foi lavrada, lida, aprovada, e assinada pelos presentes. **Assinaturas**: Acionistas: **FARO ENERGY DESENVOLVIMENTO E LOCAÇÃO DE PROJETOS LTDA.;** neste ato representada pelo Sr. Rui Miguel Da Silva Coelho e Renan Martins Carvalho; **FARO ENERGY RENOVÁVEIS PARTICIPAÇÕES S.A.,** neste ato representada pelos Srs. Rui Miguel Da Silva Coelho e Renan Martins Carvalho; Mesa: Pedro Miguel de Araújo Mateus - Presidente; Raphael Chaves Narciso Roque - Secretário. Auditor: Rafael Dominguez Barros, representante da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Certifico que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Raphael Chaves Narciso Roque - Secretário de Mesa.** JUCESP 199.105/24-8, em 09/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FARO ENERGY I COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PROJETOS S.A.
CNPJ/ME nº 31.191.534/0001-76 - NIRE 3530054506-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2024.

Local. Hora e Data: Na sede da sociedade, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.541, 11º andar, conjunto 112, Brooklin Paulista, CEP: 04578-907, às 13 horas, no dia 30 de abril de 2024. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. **Realização:** De acordo com a Instrução Normativa DREI Nº 79/2020, essa Assembleia Geral foi realizada de modo exclusivamente digital, com a participação remota de todos os acionistas. **Convocação:** O aviso de convocação aos acionistas, foi publicado no jornal Monitor Mercantil, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2024 e no site do jornal Monitor Mercantil, em versão digital, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2024. **Mesa:** Presidente: Pedro Miguel de Araújo Mateus. Secretário: Raphael Chaves Narciso Roque. **Ordem Do Dia:** Deliberar sobre (i) o Relatório da Administração e as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e; (ii) a destinação do resultado líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Antes do início dos trabalhos, por unanimidade dos presentes, foi autorizada a lavratura da ata em forma de sumário na forma do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS, POR UNANIMIDADE, PELOS ACIONISTAS DA COMPANHIA: DELIBERAÇÃO Nº 1:** Foi dispensada a leitura do Relatório da Administração, do Balanço Geral e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no jornal Monitor Mercantil na página 20, do dia 28 de março de 2024 (documentos arquivados na Sociedade) e na versão digital no mesmo dia, por já serem do conhecimento de todos os acionistas. Em seguida, foram aprovadas pela totalidade dos acionistas, observados os impedimentos previstos no art. 134, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia. **DELIBERAÇÃO Nº 2:** Os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos, destinando o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 para a conta de Resultados Acumulados, observados os impedimentos previstos no art. 134, §º2, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Assinaturas**: Acionistas: **FARO ENERGY DESENVOLVIMENTO E LOCAÇÃO DE PROJETOS LTDA.,** neste ato representada pelos Srs. Rui Miguel Da Silva Coelho e Renan Martins Carvalho; Mesa: Pedro Miguel de Araújo Mateus - Presidente; Raphael Chaves Narciso Roque - Secretário. Auditor: Rafael Dominguez Barros, representante da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Certifico que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Raphael Chaves Narciso Roque - *Secretário de Mesa.*** JUCESP 205.113/24-2, em 17/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Digio: posicionamento, diversificação e Bradesco

Por Jorge Priori

SOLI_ 24onversamos sobre o Banco Digio com Marcelo Scarpa, diretor executivo do banco digital.

Como o Digio se posiciona no competitivo mercado de bancos digitais?

O que diferencia o Digio dos outros bancos digitais é que nós não abrimos uma conta digital. Nós iniciamos um relacionamento através de um cartão de crédito, e não através de uma conta digital. Assim, para que uma pessoa entre no Digio e tenha uma conta digital, ela precisa ser aprovada no cartão de crédito. Essa é uma diferença bastante importante do Digio para os outros players. Ela é uma estratégia, basicamente, diferente, mas não há melhor ou pior aqui.

Mensalmente, nós temos uma quantidade muito grande de solicitações de cartão, mas por questões, principalmente, de crédito e de fraude, nós atendemos uma fração desses pedidos.

Qual é o público-alvo do Digio?

Nós não temos um público-alvo específico. Nós temos as nossas políticas de crédito que são aprovadas de acordo com diversos critérios de crédito e de prevenção a fraude. O que eu posso dizer aqui não é nem o público-alvo, mas a base do banco, que é muito mais voltada para um público jovem, por volta de 25 a 30 anos. Como o nosso público-alvo é quem nós aprovamos no nosso cartão de crédito, isso faz com que não haja questões de renda, idade ou demografia.

Se a porta de entrada no Digio é a concessão de um cartão de crédito, como o banco controla a concessão desse crédito? Faço essa pergunta, pois a pessoa pode ter mais de um cartão de crédito, o que afeta a sua capacidade de pagamento.

Dar crédito no Brasil, no que chamamos de mar aberto, é uma questão difícil e complexa. Nós usamos toda a parte de machine learning e de Inteligência Artificial dos nossos modelos de crédito, colocamos mais de 1.200 variáveis que avaliamos dentro de um liquidificador e batemos, para que assim saiam as nossas aprovações.

Quando voltamos a 2016, quando o cartão de crédito do Digio foi lançado, a oferta de cartões de crédito para esse público era muito pequena, mas hoje há uma facilidade de acesso muito grande. Ao longo dos últimos anos, nós vimos a quantidade de cartões por CPF crescer muito, o que trouxe uma forte complexidade para o crédito, pois o bolso é único, já que o salário e a renda do cliente são um só. Tanto que, nos últimos anos, nós vimos uma crescente muito forte do endividamento da população.

A pandemia também acelerou muito a digitalização das pessoas, pois, de uma hora para a outra, elas não tinham mais acesso a uma agência física. Muitos clientes com faixa etária mais alta ou de baixa renda, que muitas vezes não eram digitalizados, tiveram que se digitalizar quase que a fórceps, pois como eles tinham que receber o auxílio emergencial, eles tiveram que começar a interagir com um aplicativo de celular para se servir na sua relação financeira. Isso também acelerou essa rampa que houve na quantidade de cartões de crédito por CPF.

Falando um pouco sobre a estratégia do Digio, de um tempo para cá nós começamos a diversificar um pouco a nossa carteira de crédito. Se olharmos essa carteira há dois, três anos, ela era muito forte no cartão de crédito, mas hoje ela está diversificada entre cartão de crédito, consignado e B2B.

No B2B nós temos uma parceria muito forte com a Uber, através da qual seus motoristas recebem os valores das corridas através de uma conta que é gerenciada pelo Digio. Essa é uma vertente que nós não tínhamos.

Nós começamos a diversificar a nossa carteira de crédito muito pelo momento difícil da economia, o que fez com que muitas instituições financeiras sofressem nos últimos anos por conta da exposição, principalmente, à baixa renda.

Com essa diversificação da carteira, o Digio tem atingido um sucesso importante, tanto que na divulgação de resultado do Bradesco nós temos uma página que mostra o crescimento das nossas contas, da nossa carteira de crédito e das nossas receitas. Em todos esses itens, nós temos números bastante expressivos no ano contra ano.

Como se ganha um cliente nesse mercado?

O cliente que bate aqui busca um limite de crédito. Como muitas vezes eles são jovens, novos entrantes e não têm crédito em outras instituições, o nosso grande diferencial é o acesso através de um produto de crédito, diferente das outras instituições, que abrem o relacionamento através de uma conta de pagamento ou de uma conta-corrente.

O grande desafio dos bancos digitais e das fintechs é que eles abrem uma quantidade enorme de contas, já que é muito fácil abri-las, bastando baixar o aplicativo do celular e fazer o onboard, sem o pagamento de taxas e tarifas, mas a dificuldade é a rentabilização dessa base, que se dá através de produtos de crédito, seguros e serviços.

Aqui entra um pouco da nossa diferença para o Next, que tem uma estratégia muito mais parecida com as estratégias do Inter, C6 e Nubank, que é abrir o relacionamento através de uma conta, enquanto o Digio, como te disse, abre o relacionamento através de um produto de crédito.

Como não se perde um cliente nesse mercado?

Eu diria que é a experiência. As fintechs e os bancos digitais trouxeram um equilíbrio interessante para o mercado. Os bancos incumbentes têm know how e uma prateleira de produtos e serviços imbatíveis, só que as fintechs e os bancos digitais trouxeram uma forma de servir o cliente com um custo muito mais agressivo e muito mais baixo. Isso porque eles não têm agências físicas e todos os custos alocados para isso e possuem uma experiência muito mais fluida, pois como eles não têm unidades físicas de atendimento do cliente, eles têm que desenvolver todo o autosserviço e toda a resolução de problemas de uma forma muito mais fluída.

Com uma magnitude de oportunidades e de opções muito grande no mercado, você não perde um cliente através de uma boa experiência, pois se o cliente tem uma experiência ruim por algum motivo, é muito simples trocar. Antes havia uma complexidade para se fechar uma conta, mas hoje, como você não tem um custo atrelado, uma tarifa, é só, basicamente, parar de usar a conta. O problema é que o banco digital ou a fintech já teve custos, como com a análise de crédito e o envio do cartão para a casa do cliente.

Como o Digio pertence ao Bradesco, como manter a independência de forma a que o pensamento de um banco tradicional não interfira no pensamento de um banco digital?

Excelente pergunta. Eu diria que é a complementariedade. O Bradesco nos enxerga como um laboratório. Isso é dito de forma pública pelo Marcelo Noronha, que até pouco tempo atrás era o presidente do Conselho de Administração do Digio e que conhece muito a nossa operação. Existem muitas oportunidades que chegam ao Bradesco, mas que talvez não façam sentido pela questão financeira ou pela questão de prioridade sistêmica de desenvolvimento, mas que conseguimos fazer aqui dentro de uma forma mais rápida e mais fluida.

Divulgação Banco Digio

Marcelo Scarpa

Trazendo um pouco a sardinha para o lado do Digio, nós testamos muito as questões de crédito. Com relação à Uber, nós lançamos a Uber Conta, que é gerenciada pelo Digio, abrimos mais de 1 milhão de contas e começamos a oferecer crédito para esse público, que muitas vezes é desassistido de crédito, pois, por exemplo, perdeu o emprego e foi ser motorista.

Como nós vimos que esse público não tinha acesso a crédito de forma muito simples no mercado, e com o comportamento que nós fomos vendo ao longo do tempo, já que temos esse projeto há mais de três anos aqui no banco, nós passamos a oferecer um produto de crédito para um público que o próprio Bradesco, até então, meio que não sabia como trabalhar. Isso mostra a complementariedade que o Digio traz para a estratégia do Bradesco.

Enquanto o Bradesco é um banco incumbente, com todo o seu tamanho e pujança, o Digio é uma operação mais leve, com um custo de servir menor e com uma plataforma muito mais fluida e desconectada do legado sistêmico do Bradesco, o que também traz para o Digio uma grande agilidade de desenvolvimento.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/digio-posicionamento-diversificacao-e-bradesco

---

PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS MAROBI LTDA.
CNPJ nº 10.411.658/0001-40
Renúncia unilateral ao Cargo de Administrador da sociedade empresária Participações e Empreendimentos Marobi Ltda

CÍCERO AUGUSTO OLIVEIRA DE ALENCAR, brasileiro, viúvo, contador, portador da carteira de identidade nº 026.938/O-3, expedida pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 268.425.057-04, residente e domiciliado na Avenida dos Flamboyants da Península, nº 300, Bloco 3, apto 1202, Condominio On The Park, Barra da Tijuca – CEP: 22.776-070, Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, doravante denominado "**NOTIFICANTE**", vem, por meio desta, **NOTIFICAR o Sr. Marcio Pinto de Magalhães**, na qualidade de representante legal da **GENERAR S.A.**, sócia representando a totalidade do capital social da **PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS MAROBI LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 10.411.658/0001-40, acerca da decisão de renunciar unilateralmente ao cargo de Administrador da PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS MAROBI LTDA. Sendo o que tinha para o momento. o Notificante coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,
CÍCERO AUGUSTO OLIVEIRA DE ALENCAR
CPF/MF nº 268.425.057-04

ERRATA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGE

O presidente da Federação dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro - FEPRO-RJ, CNPJ 51.640.507/0001-40 com sede na rua Pedro Américo nº 293, Catete RJ CEP 22111-200, e-mail feprorj@gmail.com, Sr. Alexandre Marques Rueger, CPF 887.219.227-72, INFORMA A SEGUINTE RETIFICAÇÃO NA DATA DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA NO EDITAL PUBLICADO NO JORNAL MONITOR MERCANTIL DE 23 DE MAIO DE 2024 PAG. 16, ONDE SE LÊ A SE REALIZAR NO DIA 30 DE MAIO , LEIA-SE A SE REALIZAR NO DIA 03 DE JUNHO DE 2024, nos termos do Estatuto desta entidade, convoca todos os sindicatos filiados, em dia com suas obrigações estatutárias, para a Assembleia Geral Extraordinária nos termos dos Artigos 42º,44º,45º alínea b e Artigo 78º do estatuto desta entidade, para ordem do dia que segue:1) Alteração do Artigo 1º do Estatuto Social, com objetivo de cumprir exigência junto a Secretaria de Relações do Trabalho CGRS, referente ao processo nº 19964.117610/2023-86, conforme análise técnica 992 (SEI 1287962) portaria MTE 3472/2023. 2) Assuntos Gerais, sito a rua Mariano Sendra dos Santos,88 sala 315, centro – Duque de Caxias RJ e no formato hibrido pela plataforma Teans, as 10:00 em primeira convocação e as 10:30 em segunda convocação com maioria simples.

Alexandre Marques Rueger - PRESIDENTE FEPRO RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2024 DA COPRERJ - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROFISSIONAIS VENDEDORES, GESTORES, REPRESENTANTES E PROPAGANDISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Diretor Presidente da **COPRERJ - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROFISSIONAIS VENDEDORES, GESTORES, REPRESENTANTES E PROPAGANDISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, CNPJ 21.551.464/0001-66, NIRE 33.40005368-1, Inscrição Estadual nº 11.082.890, com sede na Avenida Alfredo Baltazar 580, Loja 116 A, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22790-710, convida a presença de todo o quadro societário composto de (20) vinte cooperantes para comparecer em sua sede no dia 08/06/2024 com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024** onde uma cópia deste edital também será afixado em local visível na sede da cooperativa e uma cópia enviada por circular via e-mail para todo o quadro social, para deliberar, votar, aprovar ou não com número estatutário legal, os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) Entrada e saída de associados, (2) Alteração estatutária e (3) Candidatura eleição e posse para cargos vacantes. Rio de Janeiro/RJ, 27 de maio de 2024.

Edson Felipe Rodrigues Pimentel –
Diretor Presidente – CPF 910.552.537-34.

SENDAS IMOB S.A.
CNPJ Nº 31.911.548/0001-17 / NIRE 33.3.0013264-3
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Maria Soares Sendas, nº 111, loja 525, Venda Velha, Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.581-325, no próximo dia 04 de junho de 2024, às 10 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (a) relatórios e contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. São João de Meriti, 27 de maio de 2024.

Arthur Antonio Sendas Filho – Diretor Presidente.

DE MILLUS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ nº 33.115.817/0001-64 - NIRE 33.3.0013236-8

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2021. No dia vinte de dezembro de 2021, às 14:00 horas, na sede social da empresa, localizada na Av. Lobo Junior, 1672, Penha, nesta cidade, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas da **De Millus S/A Indústria e Comércio**, presentes acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no livro próprio. Por escolha unânime dos presentes, assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Eva Goldman, que convidou a mim, Aureliana Germano da Silva, para secretariá-la. Esclareceu a Sra. Presidente que a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária foi convocada por editais publicados nas edições dos dias 10, 13 e 14 de dezembro de 2021 no jornal "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e nas edições dos dias 10, 11-12-13 e 14 de dezembro de 2021 no jornal "Monitor Mercantil". Abertos os trabalhos a Sra. Presidente informou que estavam em discussão, **na pauta da Assembléia Geral Ordinária**, os documentos referentes ao relatório da diretoria e às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 que foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Monitor Mercantil" na edição do dia 01/10/2021,bem como as deliberações sobre a eleição de diretoria da empresa para o próximo exercício e fixação dos respectivos honorários da diretoria a ser eleita. E, **na pauta da Assembléia Geral Extraordinária**, a discussão sobre a destinação de parcela de Lucros para a criação de uma Reserva para Investimentos e a destinação e pagamento de dividendos a cada exercício. Após debates, foram aprovadas, pela unanimidade dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, as matérias aqui relacionadas. **Em Assembleia Geral Ordinária:** Decidiram os sócios pela: **a)** aprovação integral do relatório da diretoria e das demonstrações financeiras relativas ao exercício 2020, conforme apresentados, sem qualquer restrição; **b)** manutenção do lucro do exercício apurado em 2020 na conta de Lucros Acumulados e ratificação expressa da decisão pela não distribuição de dividendos decorrentes do lucro apurado com base no Balanço Patrimonial apurado em 31/12/2020, uma vez que os valores atualmente em caixa serão destinados para investimentos que vierem a ser realizados nos exercícios seguintes; **c)** decidiram, também, os acionistas pela reeleição da atual Diretoria para novo mandato de 02 (dois) anos, conforme previsto no artigo 5º do Estatuto da companhia, ficando assim, reeleitos, para **Diretor Presidente** o **Sr. Guilherme Colonna Rosman,** brasileiro, casado, engenheiro, portador de documento de identidade nº 05.678.686-6, emitido pelo IFP/RJ e da CNH nº 03033861008, emitida pelo DETRAN/RJ em 01/07/2013, inscrito no CPF/MF sob o nº 854.903.857-15, residente e domiciliado na Av. Lineu de Paula Machado, nº 896, apto. 401, Lagoa, Rio de Janeiro, RJ e para **Diretora Vice-Presidente** a **Sra. Eva Goldman,** brasileira, casada, engenheira, portadora de documento de identidade nº 200151615-0, emitido pelo CREA/RJ e de CIC nº 468.281.097-91, residente e domiciliada na Rua Abade Ramos 131/501, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, sendo fixados os honorários da diretoria no montante global anual de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), cabendo à Diretoria dividir tal verba entre seus membros e fixar a época dos respectivos pagamentos; **d)** colocada a palavra a disposição dos presentes, não foram apresentados outros assuntos de seu interesse para serem discutidos na presente Assembléia Geral Ordinária. **Em Assembléia Geral Extraordinária:** Após debates, foram aprovadas as seguintes matérias, pela unanimidade dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos: **a)** a previsão da possibilidade de constituição de Reserva para Investimentos, com base nos resultados anuais positivos que tenham origem em receitas extraordinárias, decorrentes de atividades não operacionais; **b)** aprovada a possibilidade de não distribuição de dividendos anuais, a cada exercício, desde que ocorra a concordância expressa dos acionistas presentes, que representem 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto. Delibera-se, ainda, neste ato, pela ratificação expressa da não distribuição dos dividendos com base nos resultados apurados com base no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019, com concordância expressa de todos os acionistas presentes. Para formalização da previsão de constituição da Reserva para Investimentos, será Incluído o item "f" ao Artigo 13 do Estatuto da Companhia; já para a possibilidade de não distribuição de dividendos anuais, o parágrafo único do Artigo 13 será transformado em Parágrafo Primeiro e incluído também um Parágrafo Segundo ao artigo 13 do Estatuto, que passarão a ter a seguinte redação: "***Artigo 13:** - **Dos lucros apurados ao final de cada exercício, depois de compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores e constituído a provisão para imposto de renda, serão retirados: a) - 5% (cinco por cento) para a constituição do Reserva Legal, até que esta atinja o percentual previsto em Lei; b)** - **as quantias necessárias à formação de reservas de contingências e de lucros a realizar, observadas os prescrições legais; c) - a parcela do lucro que tenha origem nos resultados apurados com base em incentivos fiscais estaduais; d)** - **o resultado positivo de variação cambial apurado na atualização de empréstimos com partes relacionadas; e) - a parcela de reversão de provisão para contingências fiscais; f) - a parcela de lucro constituído através de resultados positivos originados de receitas extraordinárias e não operacionais, que será destinada a constituição da Reserva para Investimentos. Parágrafo Primeiro: - Serão distribuídos aos Acionistas, como dividendos, 8% (oito por cento) dos lucros remanescentes, após deduzidas as importâncias necessárias à compensação dos prejuízos de exercícios anteriores, à formação de provisão para o imposto de renda, a constituição das reservas mencionadas nos itens a) e b) e as exclusões das parcelas previstas nos itens c), d), e) e f) do caput deste artigo. Parágrafo Segundo: - Os sócios poderão deliberar pela não distribuição dos dividendos anuais, desde que tal deliberação seja expressamente aprovada pelos acionistas presentes à AGO anual, que representem pelo menos 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto. Neste caso, fica sem efeito a distribuição de dividendos prevista no parágrafo Primeiro e os dividendos anuais não distribuídos serão revertidos a favor da companhia."*;** **c)** colocada a palavra a disposição dos presentes, não foram apresentados outros assuntos de seu interesse para serem discutidos na presente Assembleia Geral Extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, que logo a seguir foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. (aa) Nelson Cuptchik, representante da empresa Savannah Holdings Intemational Ltd, Eva Goldman, Diretora Vice Presidente reeleita, Guilherme Colonna Rosman, Diretor Presidente reeleito, Laura Juanita Wacheleski, representante da empresa Marpar Participações S/A e Aureliana Germano da Silva - Secretária. Confere com original lavrado no livro próprio, em 20 de dezembro de 2021. **Savannah Holdings International Ltd - Nelson Cuptchik; De Millus S/A Indústria e Comércio - Guilherme Colonna Rosman, Diretor Presidente; De Millus S/A Indústria e Comércio - Eva Goldman - Diretora Vice Presidente; Marpar Participações S/A - Laura Juanita Wacheleski - Diretora. Aureliana Germano da Silva - Secretária.** Arquivado na JUCERJA sob o nº 00004842236 em 11/04/2022.

Iniciativas para fomentar mercado de capitais global

Representantes dos mercados de capitais de mais de 50 países se reuniram em Frankfurt (Alemanha), entre 19 e 21 de maio, para a 37ª Assembleia Geral Anual do Conselho Internacional de Associações de Valores Mobiliários (ICSA). Eles discutiram iniciativas para fomentar e uniformizar o mercado de capitais global e a importância da simplificação de regras na Europa, reportou a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) também representada na assembleia.

Zeca Doherty, diretor executivo da associação, falou sobre as tendências no mercado brasileiro, e o cenário econômico local em 2024, com inflação relativamente sob controle e crescimento do PIB. Ele também citou a tragédia climática no Sul do país, que pode impactar severamente as projeções.

Ele observou que ainda há grande incerteza sobre o tamanho do impacto que essa tragédia terá no cenário econômico brasileiro, ao mesmo tempo que o episódio lamentável reforça a urgência na adoção de práticas de investimento sustentável.

O executivo comentou sobre papel das empresas que buscam desenvolvimento sustentável e geração de valor. A sigla ESG, que se refere a práticas empresariais que priorizam a sustentabilidade, a responsabilidade social e a transparência, foi destaque da apresentação.

Segundo Doherty, o Brasil tem um enorme potencial para se tornar um líder global em ESG, e o setor financeiro desempenha um papel fundamental, pois pode influenciar positivamente o comportamento dos agentes econômicos, estimulando o financiamento de projetos que contribuem para a agenda social e ambiental.

!Considerando tudo isso, não é surpresa que a agenda ESG seja um dos nossos maiores desafios no momento (da Anbima). Estamos em evolução. Tivemos a implementação das regras de nomeação de fundos de investimento para todos os tipos de fundos de investimento, criamos uma rede de sustentabilidade reunindo profissionais do mercado, especialistas em sustentabilidade, sociedade civil e publicamos um guia de melhores práticas sobre a oferta de títulos sustentáveis", citou.

Apesar dos avanços, na visão dele, ainda há um longo caminho a percorrer. "Taxonomia, avaliação de risco e reforço da importância deste tópico para gestores de ativos e investidores são apenas alguns dos tópicos atualmente em nossa agenda", concluiu.

Em assembleia geral realizada durante a conferência anual, o Conselho da ICSA formalizou a manutenção da diretoria da entidade. Zeca Doherty representa a Anbima que conta com um assento no comando do organismo internacional, como lideranças de entidades da França (Amafi), Estados Unidos (Sifma) e Japão (JSDA), entre outras.

Magda Chambriard assume presidência da Petrobras

Durante reunião realizada nesta sexta-feira, o Conselho de Administração da Petrobras elegeu Magda Chambriard para o cargo de presidente da empresa econselheira de administração. "Em continuidade ao comunicado divulgado em 22/05/2024, informa que seu Conselho de Administração, em reunião realizada hoje, nomeou Magda Chambriard como Conselheira de Administração e a elegeu como nova Presidente da companhia", informou a Petrobras, por meio de comunicado ao mercado.

Logo após a decisão, Magda já assumiu os cargos. "Magda Chambriard tomou posse em ambos os cargos nesta data e passou a integrar o Conselho imediatamente, não sendo necessária a convocação de Assembleia de Acionistas para esse fim", acrescentou o comunicado.

Antes de ser eleita para os dois cargos o nome de Magda Chambriard passou pelo processo de governança da companhia e, nesta quarta-feira (22), o Comitê de Pessoas do Conselho de Administração, funcionando como Comitê de Elegibilidade (Celeg), concluiu a análise sobre sua indicação aos cargos de conselheira e presidente. A indicação ainda precisaria seguir para o próprio Conselho de Administração, o que ocorreu hoje.

"O Celeg considerou que a indicação da Sra. Magda Chambriard preenche os requisitos necessários previstos nas regras de governança da companhia e legislação aplicável e está apta para ser apreciada pelo Conselho de Administração (CA), sendo, portanto, elegível para ambos os cargos", informou o comunicado da quarta-feira.

Magda Chambriard é mestre em Engenharia Química pela Coppe/UFRJ (1989) e Engenheira Civil pela UFRJ (1979), com especialização em Engenharia de Reservatórios e Avaliação de Formações e especialização em Produção de Petróleo e Gás, na hoje denominada Universidade Petrobras.

O currículo da nova presidente na área de petróleo e gás é extenso. Além dessa especialidade, fez diversos cursos, entre eles de Desenvolvimento de Gestão em Engenharia de Produção, Negociação de Contratos de Exploração e Produção, Qualificação em Negociação na Indústria do Petróleo, Gerenciamento de Riscos, Contabilidade, Gestão, Liderança, Desenvolvimento para Conselho de Administração.

Ela começou a carreira na Petrobras, em 1980, onde sempre atuou na área de produção e acumulou conhecimentos sobre todas as áreas do processo no Brasil. Em 2002, foi cedida à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) onde atuou como assessora da diretoria de Exploração e Produção. Naquele momento, era consultora de negócios de E&P, na área de Novos Negócios de E&P da Petrobras.

Logo depois de chegar à assessoria na ANP, assumiu também as superintendências de Exploração e a de Definição de Blocos, com vistas a rodadas de licitação. "Foi responsável pela implantação do Plano Plurianual de Geologia e Geofísica da ANP, que resultou na coleta de dados essenciais para o sucesso das licitações em bacias sedimentares de novas fronteiras", relatou a Petrobras.

Ainda na ANP, em 2008 assumiu a diretoria da agência reguladora e em 2012 se tornou diretora-geral. "Na sua gestão liderou a criação da Superintendência de Segurança e Meio Ambiente, Superintendência de Tecnologia da Informação, os trabalhos relativos aos estudos e elaboração dos contratos e editais, os estudos técnicos que culminaram na primeira licitação do pré-sal, além das licitações tradicionais sob regime de concessão", indicou o comunicado.

"Foi responsável pelas áreas de Auditoria, Corregedoria, Procuradoria, Promoção de Licitações, Abastecimento, Fiscalização da Distribuição e Revenda de Combustíveis, Recursos Humanos, Administrativa Financeira, Relações Governamentais além das relativas ao segmento de Exploração e Produção", completou.

Fundos de oferta pública da China somam US$ 4,33 tri

Os ativos sob a gestão dos fundos de oferta pública da China totalizaram 30,78 trilhões de yuans (US$ 4,33 trilhões) até o final de abril, mostraram dados da Associação de Gestão de Ativos da China O número era de 29,2 trilhões de yuans no final de março, mostraram os dados. No final de abril, 11.868 fundos de oferta pública estavam sendo operados por 148 empresas gestoras de fundos, disse a entidade.

A escala de fundos fechados superou 3,82 trilhões de yuans, enquanto a de fundos abertos foi de cerca de 26,95 trilhões de yuans, mostraram os dados. Das 148 empresas gestoras de fundos, 51 são de financiamento estrangeiro e 97 são nacionais, disse a associação.

Este ano, a agência de classificação de risco Fitch Ratings chamou a atenção em um relatório que o número de gestoras de fundos de investimentos no Brasil continua crescendo. Até setembro, por exemplo, havia 962, frente a 865 em 2022, 773 em 2021 e 570 em 2018, com o aumento impulsionado por instituições independentes.

Em fevereiro, a Absolute foi a vencedora do prêmio melhores do mercado da revista Exame. A gestora, que tem 34 bilhões sob gestão e 10 anos de existência, foi destaque nas seguintes categorias: Multimercado Macro, Multimercado Macro Previdência e Ações Long Bias.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A
Companhia Aberta
CNPJ/ME n° 18.593.815/0001-97
NIRE n° 33.3.0031102-5- Código CVM n° 024236

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024, às 11:00 horas. 6.1. O presidente da mesa, Sr. Bruno de Mello Pereira convidou a Sra. Ana Paula Lucena para secretariar a presente reunião. Primeiramente, cumpre consignar os boletins de voto a distância (BVD) recebidos pela Companhia, correspondentes à base acionária mais recente, totalizando 7,5% das ações com direito a voto , sendo certo que os votos serão computados conforme Mapa de Votação anexo a esta ata. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 6.1.** Instalada a assembleia geral ordinária, considerando a presença dos acionistas representando o quórum mínimo previsto no artigo 125 sda Lei 6.404/1976. **6.2.** Em ato contínuo, os documentos referidos no artigo 133 da Lei 6.404/1976 e o parecer do Comitê de Auditoria foram lidos e, após examinados, as matérias constantes da ordem do dia da assembleia geral ordinária foram deliberadas, da seguinte forma: **6.3.** Os acionistas aprovaram, sem reservas ou ressalvas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme Proposta da Administração. **6.4.** Ainda, os acionistas aprovaram, seguindo a Proposta da Administração, por maioria dos votos, computados por meio do BVD e dos acionistas presentes, conforme Mapa de Votação anexo à esta ata a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, cujo lucro líquido apurado foi no montante de R$ 13.701.660,60 (treze milhões, setecentos e um mil, seiscentos e sessenta reais e sessenta centavos, da seguinte forma: (a) **distribuição de dividendos no importe de R$ 3.254.144,39 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos), no importe de 25% do lucro líquido, que serão pagos no próximo dia 14/05/2024, onde farão jus aos dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 2 de maio de 2024, respeitadas as negociações até essa data;** (b) destinação de lucros à reserva legal, no importe de R$ 685.083,03 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitenta e três reais e três centavos), que corresponde a 5% do lucro líquido, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 28 do Estatuto Social da Companhia; (c) destinação do valor remanescente, equivalente a 70% do lucro líquido (setenta por cento), no importe de R$ 9.762.433,18 (nove milhões, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e dezoito centavos) para a reserva estatutária (Reserva de Investimento) **6.5.** Seguindo a ordem do dia, os acionistas **aprovaram**, conforme Proposta da Administração, por maioria dos votos, computados por meio do BVD e dos acionistas presentes (Mapa de Votação anexo à esta ata) **a reeleição dos membros do Conselho de Administração, para mandato de 2 (dois) anos**, conforme funções designadas a seguir: 1. **Pedro Henrique Chermont de Miranda** – Membro e Presidente do Conselho de Administração 2. **Bruno de Mello Pereira** – Membro e Vice – Presidente do Conselho de Administração 3. **Roberto Carmelo de Oliveira** – Membro Independente do Conselho de Administração 4. **Eduardo Khair Chalita** – Membro Independente do Conselho de Administração 5. **Carla Gouveia Barreto** – Membra Independente do Conselho de Administração **6.6.** Os Conselheiros eleitos declararam estar desimpedidos na forma da Lei para o exercício dos respectivos cargos, consignando as respectivas declarações no Termo de Posse, as quais serão assinadas e arquivadas na sede da Companhia. **6.7.** Registrado o recebimento de pedido de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, §2°, da Lei n° 6.404/76, por parte de acionistas detentores de menos de 1/10 das ações com direito a voto. Neste sentido, considerando que não foi verificado o requisito legal, não houve a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 6.8.** A assembleia geral extraordinária não foi instalada por ausência de quórum mínimo, uma vez que a ordem do dia de número "v" tinham como consequência a alteração do Estatuto Social da Companhia. Desta forma, a reunião foi direcionada para o encerramento, sendo certo que a Companhia poderá, por meio do seu Conselho de Administração, realizar a segunda convocação para deliberar esta matéria, conforme prerrogativa do artigo 135 da Lei das S.As. **6.9.** Por fim, ficam os administradores da Companhia autorizados a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2024.

JUÍZO DE DIREITO DA 52ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO com prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que **IDA LEVI MORTERA** move em face de **JOÃO AUGUSTO DE MACEDO JUNIOR** na forma abaixo. Processo **nº 0476348-06.2011.8.19.0001.** A Dra. Maria Cecilia Pinto Gonçalves, Juíza Titular na 52° Vara Cível da Comarca da Capital, FAZ SABER, por este edital com prazo de 05 (cinco) dias, aos interessados, em especial a JOÃO AUGUSTO DE MACEDO e NILZA PELLEGRINO DE MACEDO e ao devedor JOÃO AUGUSTO DE MACEDO JUNIOR, que no **dia 03 (três) de junho de 2024, com início ás 11h00min e término ás 11h20min**, será levado a Leilão Público, por lances superiores ao valor da avaliação, pelo Leiloeiro Público LEONARDO SCHULMANN, matriculado na JUCERJA 116, e/ou sua Preposta GLACE DI NAPOLI, com escritório na Travessa do Paço, nº 23 – sala 812, Centro, CEP 20010-170, leilão este que se realizará de forma Híbrida (Presencial e Online) no Átrio do Fórum da Comarca da Capital, sito à Avenida Erasmo Braga n° 115, 5º andar - hall dos elevadores - Centro – Rio de Janeiro e eletronicamente através do site www.schulmannleiloes.com.br , o bem penhorado as fls.146 (index 165 e avaliado às fls.593/616 (na integra) e descrito como segue. **LAUDO DE AVALIAÇÃO:** O imóvel da lide, localizado na Estrada da Canoa, s/n°, lote 01, PAL 12.402, São Conrado, Rio de Janeiro, RJ é um terreno sem benfeitorias e desocupado, ressaltando que o referido terreno possui matrícula de IPTU n° 0650489-8, e está localizado no logradouro 067520; O local foi vistoriado novamente, não tendo possível ao Perito entrar no terreno, no entanto, foi possível constatar que o referido terreno possui fato cerca de 20,00 m de testada e está situado a aproximadamente 70,00 m de distância do condomínio denominado Povoado da Canoas, localizado na Estada da Canoas, n° 1.476; O justo valor de mercado para o imóvel localizado na Estrada da Canoas, s/n°, lote 01, PAL 12.402, São Conrado, Rio de Janeiro, RJ, o imóvel da lide, para o mês de **outubro de 2022**, conforme "CÁLCULOS AVALIATÓRIOS", é de **R$479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais).** Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2022. Até a presente data localizamos apenas débitos de IPTU no valor de R$13.698,66 (treze mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos). **Sendo infrutífero o primeiro leilão, será vendido no dia 10 (dez) de junho de 2024 no mesmo local e hora, pela melhor oferta superior á 50% do valor da avaliação, em observância ao disposto no artigo 843 §§1º e 2º do NCPC. As certidões transcritas acima e as demais certidões na íntegra estarão anexadas aos autos à disposição dos interessados. Para que os interessados tomem conhecimento deste edital, o mesmo foi afixado no local de costume, ficando assim os Réus intimados da Hasta Pública, por intermédio deste edital, suprindo assim a exigência contida no art. 887 do novo CPC/2015.** Defiro desde já a comissão do leiloeiro no valor de 5% sobre o produto da arrematação, ou no valor de 2,5% sobre o valor da dívida (e não do acordo) para o caso de acordo, pagamento voluntário do débito, remissão ou adjudicação, acrescido do valor das despesas comprovadamente realizadas em todos os casos. Tal pagamento, além de ser justificado pelo trabalho exercido pelo leiloeiro, visa não incentivar a procrastinação da execução pelo executado até o último momento possível, sem qualquer ônus. Isso vem a atender justamente o ideal do novo CPC, que tem como uma das bandeiras evitar ou tornar sem atrativos atos de procrastinação, impondo sempre severa reprimenda. Assumindo o devedor conduta que visa procrastinar o pagamento, com remição tardia, há de arcar com as consequências. A venda será efetuada à vista. Caso haja proposta, por escrito, de venda do referido bem em parcelas, nos termos do art. 895, I e II do CPC, que seja permitido o parcelamento, mediante sinal à vista do valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do lance, devendo o remanescente ser pago em até 03 (três) parcelas iguais, mensais e sucessivas, devidamente atualizadas, mediante depósito em conta judicial vinculada a este feito e Juízo junto ao Banco do Brasil, em 30, 60 e 90 dias contados da data do leilão ficando o imóvel penhorado até que o adquirente quite integralmente o preço ofertado (cf. art. 895, § 1º do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida e as parcelas vincendas (art. 895, §4º do CPC) podendo ainda ocorrer o desfazimento da arrematação com a perda da caução (art. 897). Ressalte-se que a oferta para aquisição à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado consoante disposto no artigo 895 §7º do NCPC. Feito o leilão, lavrar-se-á de imediato o Auto de Arrematação ou Leilão (artigo 901, do NCPC), devendo o valor apurado ser depositado imediatamente e colocado à disposição do Juízo, sujeito as penas da lei. Na forma do artigo 892, caput, do NCPC, autorizo que possa ocorrer, alternativamente, o pagamento inicial (e imediato) de 30% (trinta por cento) do valor lançado, com a complementação no prazo de 48 horas. O valor da comissão do leiloeiro deverá, no caso de arrematação, ser paga diretamente a ele pelo arrematante. Com o pagamento integral e prova do recolhimento tributário (artigo 901, do NCPC), extraia-se a Carta de Arrematação, além de mandado de entrega do bem (se móvel for) e de imissão na posse (sendo imóvel) imediatamente, em favor do arrematante. O devedor poderá exercer o direito de remição expressamente previsto no artigo 826 do NCPC até o momento anterior à assinatura do termo de adjudicação ou de arrematação. EM HIPÓTESE NENHUMA SERÁ DEFERIDA ESSA POSSIBILIDADE APÓS OS REFERIDOS MOMENTOS (artigos 902 e 903, do NCPC). A venda se dará livre e desembaraçada, com a sub-rogação dos valores das dívidas, em especiais as tributárias, no preço, na forma do artigo 908, do NCPC: os créditos que recaem sobre o bem, inclusive de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o preço, observada a ordem de preferência, atendendo-se ainda ao que consta no artigo 130, parágrafo único, do CTN. Fica ciente o arrematante que em caso de desistência sem que haja erro do Leiloeiro constatado pelo juízo não será devido o reembolso da comissão. Rio de Janeiro, 25 de maio de 2024. Eu, Lucilia Guerman, ____ Chefe de Serventia, mandei digitar e subscrevo. (Ass.) MARIA CECILIA PINTO GONÇALVES, MMA. Dra. Juíza ____.